



RESUMOS DE DISSERTAÇÕES

Teses defendidas em 2006 e 2007

Título: *Legislação para habitação de interesse social: estudo de caso do município de Campinas*

Autor: **Elisamara de Oliveira Emiliano**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientadora: **Raquel Rolnik**

Banca examinadora: **Nabil Bonduki, Ricardo de Sousa Moretti**

Data da defesa: **27.3.2006**

RESUMO

Pesquisa sobre legislação para habitação de interesse social, sua origem e trajetória. Com a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), as leis de Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social são utilizadas como estratégias por diversos municípios para promover habitação destinada à população de baixa renda. Ao longo dos anos de 1980 o município de Campinas implementa Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social (EHIS), com objetivo de promover o acesso dos mais pobres ao solo urbano. Esses empreendimentos foram aprovados a partir de legislação que flexibiliza as normas de parcelamento e uso do solo, buscando a redução de custos da moradia. Através de levantamento dos EHIS aprovados entre 2000 e 2005, a pesquisa investiga a aplicação dessa legislação e seus efeitos na produção habitacional voltada para a população de baixa renda no município de Campinas.

Título: ***As galerias de Juiz de Fora: urbanidade da área central***

Autor: **Giuliano Orsi Marques de Carvalho**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientador: **Wilson Ribeiro dos Santos Júnior**

Banca examinadora: **Leandro Medrano, Eugênio Fernandes Queiroga**

Data da defesa: **27.3.2006**

RESUMO

A dissertação tem por objetivo analisar o papel desempenhado pelas galerias na constituição da urbanidade da área central de Juiz de Fora. O caso em questão se torna bastante significativo por percebemos que se apresenta como particular dentro da atual realidade urbana brasileira – enquanto a maioria de cidades médias do país experimenta processo de descentralização urbana, naquela cidade o processo é outro: cada vez mais o centro se adensa, se diversifica e, por consequência, se torna mais importante em relação ao restante do município. A pesquisa, portanto, teve por objetivo analisar as transformações do traçado urbano do centro compreendido pelo triângulo central conformado pelas três principais avenidas da cidade. Essa região foi enfocada em três momentos históricos. Primeiramente, a análise aborda a constituição do núcleo urbano a partir da transformação de importantes estradas do período do Império nas principais avenidas perimetrais da área em questão. A segunda parte privilegia as modificações da malha pública central com o advento e proliferação das galerias comerciais, sobretudo entre as décadas de 1950 e 1990, que se consolidaram como traços específicos da urbanidade de Juiz de Fora. E, por fim, o estudo se concentra no período atual, analisando as permanências de características tradicionais e as alterações estéticas impressas à rede de galerias, as quais confeririam ao centro da cidade uma nova feição.

Título: ***São Paulo em 1860 pelas lentes de Militão Augusto de Azevedo: a história urbana contada através das imagens***

Autor: **Adriane Acosta Baldin**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientadora: **Ivone Salgado**

Banca examinadora: **Vânia Carneiro Carvalho, Dênio Minuia Benfatti**

Data da defesa: **26.6.2006**

RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar a cidade de São Paulo, na década de 1960, através da obra fotográfica urbana de Militão Augusto de Azevedo. As combinações de fatores sociais, físicos, culturais e econômicos geraram diferentes perspectivas para a cidade de São Paulo que afloraram de forma mais intensa em decorrência da riqueza produzida pelo café e da implantação da ferrovia na segunda metade do século XIX. A década de 1960, portanto,

foi um período importante na história da cidade e foi muito bem registrado pelas lentes de Militão Augusto de Azevedo. O trabalho se propõe a analisar essas transformações e verificar como a obra de Militão se insere nesse processo, focando especialmente sua contribuição como registro histórico e documental do período analisado.

Título: ***O movimento hiphop como gerador de urbanidade: um estudo de caso sobre gestão urbana em Campinas***

Autor: **Christian Carlos Rodrigues Ribeiro**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientadora: **Raquel Rolnik**

Banca examinadora: **Silvana Barbosa Rubino, Doraci Alves Lopes**

Data da defesa: **27.6.2006**

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é analisar a relação entre movimento hiphop e gestão urbana na cidade de Campinas a partir dos anos de 1990, com o movimento hiphop, tanto do ponto de vista cultural como político, atuando como agente político transformador da realidade urbana local. Gerando nesse processo uma inserção política, e gestora, nos destinos da cidade, executada por sujeitos sociais historicamente marginalizados (jovens afrodescendentes) habitantes das periferias urbanas campinenses, o hiphop modifica assim o processo de gestão urbana local, possibilitando com isso a implementação de um modelo de “nova urbanidade” – inclusivo, democrático e participativo – que transforma o caráter tradicionalista e institucional na formulação e aplicação dos processos decisórios dos rumos da cidade.

Título: ***Jaguaribara: a cidade submersa. História de uma cidade planejada no sertão do Ceará***

Autora: **Lícia Tereza Rodrigues Perote**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientadora: **Raquel Rolnik**

Banca examinadora: **Carlos Roberto Monteiro de Andrade, Ivone Salgado**

Data da defesa: **30.10.2006**

RESUMO

Cerca de 51 milhões de brasileiros vivem no Nordeste enfrentando períodos críticos de estiagem e enchentes. Na tentativa de minimizar as mazelas causadas pelas irregularidades pluviométricas, o governo federal lançou recursos para a implantação de programas que viabilizassem a formação de estoque estratégico de água por meio de barramentos e açudagem. O reservatório do Castanhão, no Ceará, faz parte dessa estratégia e surgiu no ano de 1995, tendo como grande impacto o desaparecimento da

cidade de Jaguaribara, situada a 283 km de Fortaleza. Entre ameaças, resistência, insegurança, aceitação dinâmica e chegada à nova terra, a população é realocada para um outro sítio, dando origem em 2001 a um novo município, que recebeu o nome de Nova Jaguaribara. A cidade nasce marcada pela história do povo sertanejo, uma trajetória castigada por conta da seca e das disputas pelo poder que a água representa nesse espaço e que determina a conjuntura do sertão brasileiro.

Título: ***Higiene pessoal fora da residência***

Autor: **Rosália Brasil R. Iamamura**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientador: **Ricardo de Sousa Moretti**

Co-orientadora: **Maria da Penha Costa Vasconcellos**

Banca examinadora: **Rosilda Mendes, Maria Amélia Devitte Ferreira D'Azevedo Leite**

Data da defesa: **31.10.2006**

RESUMO

No decorrer do seu processo civilizatório, os agrupamentos humanos dão conta de respostas diversas à questão dos locais de satisfação das necessidades fisiológicas, de seu escoamento e saneamento. Esta monografia tem por escopo o exame desse tema e, como objeto de estudo, os sanitários públicos em logradouros da área central da cidade de São Paulo (Subprefeitura Sé) e seus usuários, especificamente os trabalhadores sem base fixa – aqueles que exercem alguma atividade econômica nessas vias. A expressão higiene pessoal é usada para as funções fisiológicas de defecação e micção e ações de asseamento. Como direito fundamental, a saúde implica o completo bem-estar físico, mental e social do cidadão e baseia-se na definição das necessidades humanas e sua satisfação, papel este atribuído aos representantes do poder público. Para avaliar o desempenho desse papel, estuda-se a evolução dos hábitos e costumes relacionados à higiene pessoal e as soluções encontradas ao longo dos tempos para escoar e tratar os dejetos humanos. Discorre-se sobre as transformações sociais advindas do processo de industrialização e do surgimento de uma classe operária que passa a ocupar o tecido urbano em condições e espaços insalubres, originando a disseminação de doenças epidêmicas e prejuízos ao corpo social, o que força o Estado a assumir a saúde do povo. Em São Paulo, o descompasso das políticas públicas com o desenvolvimento socioeconômico e cultural da população e o crescimento acelerado da cidade gera uma metrópole de contrastes extremos em termos de infraestrutura, distribuição de renda e acesso à educação, saúde, trabalho, moradia e transporte. Tais contrastes podem ser identificados na pesquisa de campo realizada com 360 trabalhadores sem base fixa da região central da cidade, em que se procura delinear as soluções por eles encontradas para satisfação da higiene pessoal fora da residência. A partir da análise da gestão dos serviços de sanitários públicos em logradouros do centro da cidade,

oferecidos pelo poder municipal, e do conhecimento da experiência de outros gestores, especialmente do Metrô, em virtude da similaridade com este estudo em relação à localização, demanda e utilização dos seus sanitários, busca-se caracterizar os desafios existentes para a melhoria dessa prestação de serviços.

Título: ***O crédito solidário como política pública para habitação popular: mudanças no cenário?***

Autor: **Olivia de Campos Maia Pereira**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientador: **Laura Machado de Mello Bueno**

Banca examinadora: **João Sette Whitaker Ferreira, Wilson Ribeiro dos Santos Júnior**

Data da defesa: **23.11.2006**

RESUMO

Esta dissertação trata do recente programa do governo federal para habitação popular, o Crédito Solidário. Esse Programa foi criado após demanda apresentada pelas entidades nacionais de movimentos populares e se diferencia dos demais por ser voltado ao cooperativismo a associativismo, com o intuito de fortalecer as práticas de gestão e da organização popular. Para proceder a uma análise crítica do Programa, este trabalho parte de uma reconstituição histórica das formas de provisão habitacional, com ênfase na autoconstrução e participação popular. O desenvolvimento capitalista, por meio da produção habitacional, é apresentado como forma de compreensão das relações entre os agentes envolvidos nas atuais formas de provisão. A análise dos agentes sociais presentes busca explicar suas atuais interlocuções e, a partir de algumas notas sobre o cenário atual, pretende-se compor as mudanças ocorridas na sociedade civil e no Estado no que se refere à habitação e participação popular. Por fim é apresentado um panorama em algumas regiões do Brasil, com diferentes formas de utilização do Programa. Um estudo de caso mais específico foi feito no município de Embu das Artes, SP, por ter, até então, se apropriado de forma mais completa do Programa. As pesquisas de campo tiveram por intuito ilustrar os argumentos apresentados ao longo do trabalho, embasando as críticas feitas ao Programa. Críticas estas que ao final foram organizadas em três grandes eixos: provisão, interlocução entre os agentes sociais presentes e participação, sempre visando responder a pergunta: mudanças no cenário?

Título: ***Ou é casa ou é nada: um estudo sobre a lógica de ocupação dos espaços construídos à margem da legislação no município de Campinas***

Autor: **Cláudia Maria Lima Ribeiro**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientadora: **Raquel Rolnik**

Banca examinadora: **Nelson Baltrusis, Ari Vicente Fernandes**

Data da defesa: **11.12.2006**

RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar o que é determinante na constituição dos espaços produzidos pelas ocupações de terras de forma ilegal, entendendo-se por ilegal a construção à margem da legislação de ordenamento territorial vigente nos municípios. A hipótese inicial lançada pela pesquisa é a da existência de uma ordem espacial própria. Mas também procurar compreender quais são as determinantes para o desenho da ocupação e do espaço da moradia; qual é a relação que ele estabelece com o arranjo familiar, com a legislação, com o imaginário que se constrói a partir das referências dos grupos que se estabeleceram nestes territórios. Outra questão que se pretendeu investigar refere-se à dimensão assumida pelos espaços públicos e privados nestes territórios; quais as formas de apropriação dos espaços coletivos e de que maneira as dimensões pública e privada foram construídas nos processos de ocupação dos espaços.

Título: ***Mococa: patrimônio vivo do Circuito Paulista Café com Leite***

Autor: **José Augusto Rodrigues**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientador: **Wilson Ribeiro dos Santos Júnior**

Banca examinadora: **Doraci Alves Lopes, André Munhoz de Argollo Ferrão**

Data da defesa: **18.12.2006**

RESUMO

A presente pesquisa apresenta como objetivo o levantamento do patrimônio arquitetônico da cidade de Mococa. Busca mostrar a importância do patrimônio arquitetônico e urbanístico como potencial turístico. Nesse sentido, o trabalho se desenvolve em duas vertentes, caracterizando inicialmente o espaço regional abrangido pelo Circuito Paulista Café com Leite, articulando o contexto urbano com as fazendas que remanesceram na região. Apresenta a cidade de Mococa (SP), pertencente ao Circuito, como um estudo de caso pelo fato de preservar exemplares arquitetônicos de alta qualidade tanto em sua área urbana, objeto de minucioso levantamento, como na área rural.

Título: ***O processo de verticalização na cidade de Campinas: da gênese à lei 640 1951***

Autor: **Caio de Souza Ferreira**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientador: **Ricardo Marques de Azevedo**

Banca examinadora: **Maria Adélia Aparecida de Souza, Marcos Tognon**

Data da defesa: **14.2.2007**

RESUMO

O processo de urbanização brasileiro se caracteriza pelo desenvolvimento acelerado de poucos centros e a metropolização é considerada a identidade desse processo. Nesse contexto, a verticalização, que pode ser definida como a multiplicação do solo urbano pela construção vertical de muitos pavimentos, caracteriza-se por ser a identidade do processo de metropolização. Ao se acompanhar o desenvolvimento urbano de Campinas, observa-se a coexistência de diferentes elementos arquitetônicos de diferentes épocas, testemunho das diversas fases de seu desenvolvimento. O processo de verticalização campineiro inicia-se no período do despertar da modernidade e da industrialização sobre o panorama da implementação do Plano de Melhoramentos Urbanos do urbanista Prestes Maia (1934-1964). Neste trabalho foi realizado o levantamento e estudo de todas as tipologias verticais da cidade projetadas durante o primeiro período do processo de verticalização (vigência do código de construções de 1934), correlacionando-as à legislação de edificações, bem como aos eventos urbanísticos da época, com a finalidade de acompanhar a evolução dos edifícios verticais em sequência cronológica de aprovação pela municipalidade, buscando estabelecer um quadro organizado do processo, da gênese até dezembro de 1951, quando ocorreu a aprovação da Lei 640. O objetivo desta pesquisa foi a produção de material que possa auxiliar a compreensão da verticalização campineira, bem como de sua organização, ilustrando o histórico de parte significativa da produção arquitetônica da cidade, e, portanto, de sua memória.

Título: ***Paisagismo produtivo na proteção e recuperação de fundos de vale urbanos***

Autor: **Noemie Nelly Nahum**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientador: **Ricardo de Sousa Moretti**

Banca examinadora: **Nilson Antônio Modesto Arraes, Eugênio Fernandes Queiroga**

Data da defesa: **14.2.2007**

RESUMO

A busca de alternativas para a proteção e recuperação dos bens naturais, em especial a água em seu local de origem, tem sido temática de discussão sob diferentes enfoques, nas diversas áreas de conhecimento. Neste estudo, que se insere na temática do Paisagismo Produtivo, questiona-se os riscos e vantagens no plantio de espécies frutíferas na proteção e recuperação de fundos de vale urbanos. Esse questionamento foi feito a partir da análise de trabalhos técnicos que abordam temas correlatos e com base nos resultados de entrevistas realizadas com profissionais de diversas áreas de conhecimento. Nessas entrevistas, os profissionais foram solicitados a apresentar suas interpretações quanto às possibilidades e limitações da adoção de técnicas de paisagismo produtivo como estratégia para proteção e recuperação dos terrenos situados junto aos corpos de água urbanos. Tem-se, como objetivo geral, contribuir para a melhoria da qualidade da água e das condições ambientais dos

curso de água inseridos no tecido urbano e, como objetivo específico, colaborar para a formulação de projetos de proteção e recuperação de microbacias hidrográficas urbanas, em que estão previstos as qualificações paisagísticas dos terrenos de fundo de vale.

Título: ***Planejamento urbano e planos diretores de Votuporanga: atores, arenas e processos na construção de um modelo de gestão participativa***

Autor: **Jayça Lima Sant'ana**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientadora: **Laura Machado de Mello Bueno**

Banca examinadora: **Clélia Maria Leite de Hollanda, Juleusa Maria Theodoro Turra**

Data da defesa: **23.2.2007**

RESUMO

Este trabalho busca fazer uma análise dos planos diretores elaborados para o município de Votuporanga nos anos de 1971, 1995 e 2006 e os processos sociais, políticos e econômicos de cada um desses períodos, estabelecendo as bases sobre as quais cada um dos planos foi elaborado. Também é objeto deste estudo analisar os processos de participação popular seja em âmbito mais geral, considerando os movimentos populares e as condições políticas nacionais, seja em âmbito local, considerando os processos de abertura para a participação da sociedade civil organizada no planejamento e gestão da cidade. Apresenta-se como quadro referencial o desenvolvimento do processo político e econômico, especialmente na segunda metade do século XX, como necessário à compreensão dos modelos institucionais e do processo político local estudado.

Título: ***Participação popular e a construção do espaço público***

Autor: **Fábio Boretti Netto de Araújo**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientadora: **Raquel Rolnik**

Banca examinadora: **Cibele Saliba Rizek, Ari Vicente Fernandes**

Data da defesa: **18.6.2007**

RESUMO

A edificação da periferia de Campinas, resultado ora de ações do poder público municipal que legitimava a exclusão e erradicação de núcleos pobres – favelas em benefício de projetos do setor imobiliário para alta renda – ora de políticas habitacionais precárias que se resumiam a simples edificações de unidades habitacionais, foi, desde os primeiros movimentos populares da assembleia do povo no final dos anos 70 à aplicação do OP na gestão do prefeito Antônio da Costa Santos (2001-2005), acompanhada pela crescente solidificação de uma sociedade mais organizada e que reivindicava melhores condições de vida urbana.

Título: *Planejamento urbano em municípios de pequeno porte: o caso do Paraná*

Autor: **Vera Lúcia Barradas Moreira**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientadora: **Raquel Rolnik**

Banca examinadora: **Maria Amélia Devitte Ferreira D’Azevedo Leite, Antônio Cláudio Moreira Lima e Moreira**

Data da defesa: **19.6.2007**

RESUMO

A prática de Planejamento Urbano no Estado do Paraná foi iniciada anteriormente à Constituição de 1988 que, no seu art. 182, determina a obrigatoriedade de que as cidades com mais de 20 mil habitantes possuam planos diretores. A regulamentação deste artigo veio através da promulgação da Lei 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, que reitera o disposto na Carta Magna. O governo do Estado, através do decreto 2.581/2004, e posteriormente da Lei 15.229/2006, estende esta obrigatoriedade a todos os municípios paranaenses, independentemente do número de habitantes. Este estudo tem como objetivo investigar o processo de planejamento ocorrido anteriormente ao Estatuto da Cidade nos pequenos municípios, selecionando para tanto três cidades componentes da Mesorregião Centro-Occidental do Paraná. Discute a atuação do Estado em relação a sua política urbana e do seu posicionamento após o Estatuto da Cidade. Avalia-se o processo de elaboração dos planos e sua implementação através da análise da configuração urbana atual. Muito foi estudado e pesquisado a respeito dos efeitos do planejamento nas grandes e médias cidades brasileiras e até em outros países, mas não há um entendimento de como o planejamento se comporta nas localidades com menos de 20 mil habitantes.

Título: *Além do jardim: o parque da cidade de São José dos Campos*

Autor: **Vinie Pedra Jorge**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientador: **Eugênio Fernandes Queiroga**

Banca examinadora: **Fábio Robba, Wilson Ribeiro dos Santos Júnior**

Data da defesa: **6.8.2007**

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma discussão sobre parques urbanos públicos e suas relações com memória, história e identidade urbana a partir do estudo de caso do Parque da Cidade de São José dos Campos. Oriundo de um complexo têxtil, o Parque participa do processo de industrialização da cidade de São José dos Campos quando abriga a “Companhia de Fiação e Tecelagem Parahyba”. Mais tarde, é apropriado pela população

do bairro e passa da condição de espaço privado a público, assumindo a identidade de parque da cidade. Propõe-se discutir os porquês de um parque inicialmente de propriedade privada ter estendido seus usos à esfera de vida pública e os meios pelos quais podemos classificá-lo como um espaço público com “sentido de lugar” para a sociedade que dele usufrui.

Título: ***Política, gestão e cidade. Política habitacional e voto em Petrolina, Pernambuco***

Autor: **Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti Coelho**

Área de concentração: **Urbanismo**

Orientadora: **Raquel Rolnik**

Banca examinadora: **Eduardo César Leão Marques, Doraci Alves Lopes**

Data da defesa: **10.8.2007**

RESUMO

O estudo delinea um panorama das políticas habitacionais desencadeadas, desde 1964, pelos governos federal, estadual e municipal em Petrolina/PE. O objetivo é verificar o processo de formação dos bairros populares a partir de doação de lotes e do direcionamento de recursos federais e estaduais para esses bairros, em razão da conexão histórica das elites políticas locais com os cargos máximos dos executivos e legislativos estaduais e federais. Com a territorialização do comportamento eleitoral dos bairros populares analisados, a pesquisa visa demonstrar a forte vinculação entre o benefício habitacional e a destinação do voto, ressaltando a principal política habitacional municipal que é a doação de lotes sem infraestrutura, mantida ao longo das gestões estudadas. Além da doação de lotes foram verificados alguns programas e melhorias subsequentes à doação. Esses programas e melhorias configuram continuidade de benefícios distribuídos no tempo, resultantes de reivindicações dos presidentes das associações de moradores feitas diretamente ao chefe do Executivo municipal. A pesquisa conclui que o retorno político obtido pelas chapas tem como base o benefício habitacional concedido à população dos loteamentos populares e depende da construção de redes e de vínculos com os representantes de associação de moradores. O retorno político depende, ainda, do direcionamento de contínuos benefícios realizados, principalmente, nos loteamentos doados ao longo das várias gestões municipais analisadas (de 1977 a 2004).



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

1. Todo material recebido será submetido ao Conselho Editorial, ao qual cabe a responsabilidade de recomendar ou não a publicação, considerando para tanto a pertinência do tema em razão da linha editorial e do espaço disponível. Os pareceres do Conselho Editorial não serão divulgados.
2. Serão publicados apenas artigos inéditos, exceção feita à republicação de textos clássicos, conforme projeto editorial. Em casos excepcionais, serão aceitos artigos já publicados em língua estrangeira. Ao submeter um trabalho para análise do Conselho Editorial, o(s) autor(es) deverá(ão) assinar declaração de que são inéditos em português.
3. Os originais deverão ser apresentados conforme as indicações a seguir:
 - Em disquetes/CD, utilizando processador de texto Word 6.0 ou superior. Deverão conter de 9 a 12 páginas de 30 linhas e 70 toques (até 25.000 caracteres), resumo e *abstract* (de 1.500 a 2.000 caracteres), 4 a 6 palavras-chave/*keywords*, e ilustrações (máximo 4).
 - No caso de resenhas, deverão ter de 3 a 6 páginas (até 12.000 caracteres). Os autores são responsáveis pela revisão ortográfica e gramatical dos textos.
 - Artigos curtos, de 3 a 6 páginas (até 12.000 caracteres).
 - As ilustrações deverão ser entregues em arquivos separados, vetorizadas, com as devidas indicações de créditos e legendas, devidamente referenciadas no texto.
 - As imagens deverão ser entregues em arquivos eletrônicos e estar em boas condições de reprodução, com mínimo de 300 DPIs, formato TIFF ou JPEG e um tamanho mínimo de 10 cm de largura.
 - As tabelas e os gráficos deverão ser apresentados em Excel ou Adobe Illustrator.
 - A revista será publicada em branco e preto. A necessidade real de inclusão de alguma ilustração colorida estará sujeita à decisão do editor, com eventuais custos para o autor.
4. Os títulos e os subtítulos deverão aparecer em maiúsculas, pois é importante que no original fique clara a sua natureza.
5. Logo após o título, deverão constar o nome do autor, sua qualificação e instituição de procedência.

6. As notas se reservam às explicações textuais, e as referências bibliográficas deverão ser listadas no final do artigo conforme ABNT, chamadas no texto pelo nome do autor, ano de publicação da obra e número de página, entre parênteses (Exemplo: Nome, ano, p.xx).

7. As referências bibliográficas deverão ser compostas de acordo com as normas da ABNT – NBR 6023:
 - Livros: SOBRENOME, Nome abreviado. Título de livro em itálico: subtítulo. Tradução. Edição. Cidade: Editora, ano. p.
 - Capítulos de livros: SOBRENOME, Nome abreviado. Título do capítulo ou parte do livro. In: SOBRENOME, Nome abreviado. Título do livro em itálico. Tradução. Edição. Cidade: Editora, ano. p. x-y.
 - Artigos em periódicos: SOBRENOME, Nome abreviado. Título do artigo. Cidade, Título do periódico em itálico, v., n., p. x-y, ano.

8. Os autores terão direito a três exemplares do fascículo em que tiver sido publicado o artigo.

Os textos deverão ser enviados para:

Redação da Revista *Oculum Ensaios*

Rodovia D. Pedro I, km 136 – Parque das Universidades

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

CEATEC PUC-Campinas

posurb.ceatec@puc-campinas.edu.br

ceatec.revistaoculum@puc-campinas.edu.br

REVISTA *OCULUM ENSAIOS*

Revista do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo
e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
CEATEC PUC-Campinas

REGIMENTO

I- DA REVISTA

Artigo 1º – A REVISTA *Oculum Ensaio*s é um periódico semestral de divulgação científica, organizada e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo do CEATEC, PUC-Campinas.

Artigo 2º – A REVISTA tem por objetivo e finalidade estimular o debate acadêmico e a divulgação de idéias, metodologias e práticas que apresentem relevância para o campo do urbanismo e da arquitetura e integrem áreas de conhecimentos afins. Complementarmente se propõe a constituir um veículo de divulgação da produção acadêmica, subsidiando atividades de ensino e pesquisa, de acordo com as normas editadas no presente regimento. Publicação semestral.

Artigo 3º – A REVISTA dirige-se a pesquisadores e profissionais da área de urbanismo, arquitetura e afins, nacionais e/ou internacionais.

Artigo 4º – A REVISTA publicará:

- a) Trabalhos originais e inéditos realizados por membros do corpo docente e discente do Programa de Mestrado em Urbanismo e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, do CEATEC da PUC-Campinas, por especialistas nacionais e/ou estrangeiros, trabalhos apresentados em reuniões científicas, simpósios, encontros, conferências e similares, desde que se enquadrem no presente regimento e sejam aprovados pelo Conselho Editorial;
- b) Entrevistas;
- c) Resenhas de livros;
- d) Reprodução de textos clássicos;
- e) Artigos curtos sobre temas e discussões da atualidade, posição acadêmica ou ponto de vista;
- f) Resumo das dissertações e teses produzidas no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, do CEATEC da PUC-Campinas.

Artigo 5º – A REVISTA será publicada em português, podendo, eventualmente, incluir textos em espanhol, francês e inglês. Os resumos e as palavras-chave deverão ser traduzidos para o inglês (Abstracts e keywords).

Parágrafo único – A REVISTA *Oculum Ensaio*s poderá, eventualmente, não publicar todas as modalidades de trabalhos elencadas acima.

II- DA ADMINISTRAÇÃO DA REVISTA

Artigo 6º – A REVISTA será dirigida por:

- Um Conselho Executivo
- Um Conselho Editorial
- Conselho Consultivo

Artigo 7º – O Conselho Executivo será constituído por 5 membros, sendo o Editor Chefe e o Editor Assistente indicados pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo e os demais membros eleitos dentre e pelos professores das linhas de pesquisa à qual pertencem:

- Um Editor Chefe
- Um Editor Assistente
- Um Representante da Linha de Pesquisa em Gestão Urbana.
- Um Representante da Linha de Pesquisa em História do Pensamento Urbanístico.
- Um representante da Linha de Pesquisa em Requalificação urbana

§ 1. O mandato do Conselho Executivo é de quatro anos, sendo permitida uma única recondução sucessiva ao mesmo cargo.

§ 2. O Conselho Executivo terá sua sede no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas Ambientais e Tecnológicas da PUC-Campinas.

§ 3. O Conselho Executivo prestará contas da Revista anualmente ao Conselho Consultivo.

Artigo 8º – Cabe ao Conselho Executivo:

- a) Decidir quanto as questões administrativas e ao conteúdo de cada número;
- b) Juntamente com os membros do Conselho do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, indicar os nomes dos membros internos e externos que irão compor o Conselho Editorial;
- c) Selecionar para cada número da REVISTA os trabalhos originais e inéditos aprovados pelo Conselho Editorial;
- d) Indicar nomes de destaque na área para a realização de entrevistas;
- e) Propor títulos de livros e sugerir pesquisadores qualificados para a realização de resenhas de livros;
- f) Selecionar as resenhas de livros recebidas por iniciativas de outrem;
- g) Decidir sobre a reprodução de textos clássicos;
- h) Selecionar, para os artigos curtos, temas e discussões da atualidade, bem como para os que representem posição acadêmica ou ponto de vista;;
- i) Solicitar aos docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, do CEATEC da PUC-Campinas que realizem os resumos das dissertações e teses produzidas.

Artigo 9º – Cabe ao Editor Chefe:

- a) Fazer cumprir o presente regimento;
- b) Representar a revista perante as instituições públicas e particulares;
- c) Opinar sobre a aceitação ou rejeição dos trabalhos enviados para publicação, baseado nos pareceres dos Membros do Conselho Editorial;
- d) Supervisionar e acompanhar todas as fases da publicação da revista e regular sua tiragem e eventuais números extras;
- e) Receber o material para impressão;
- f) supervisionar e acompanhar os trabalhos de normatização e revisão de textos (terceirizado), bem como encaminhar os textos em espanhol e inglês para revisores ad hoc (terceirizado);
- g) Acompanhar a composição e a diagramação dos trabalhos a serem publicados;
- h) Conferir as provas, após a composição e examinar arte final do trabalho a ser publicado (apresentação geral);
- i) Convocar reuniões ordinárias semestralmente para avaliação do número publicado e planejar os números subsequentes, assim como reuniões extraordinárias sempre que se fizer necessário;

j) Submeter ao Conselho Editorial a indicação de um Editor Convidado para, junto coordenar a produção de um número específico da revista;

k) resolver casos omissos no presente regulamento.

Artigo 10º – Cabe ao Editor Assistente:

- a) auxiliar o Editor Chefe em todos os seus encargos e funções;
- b) substituí-lo em seus impedimentos ou a pedido deste;
- c) realizar o acompanhamento geral da publicação; recebimento e organização da material enviado pelos articulistas; classificação do material recebido destinado às diferentes seções da revista; organização e catalogação dos textos e das imagens;
- d) manter correspondências com autores, leitores, assinantes e membros dos conselhos editorial e consultivo;
- e) distribuir material para parecer de editores e garantir o sigilo deste processo;
- f) controlar os serviços normais de secretaria.
- g) Acompanhar a composição e a diagramação dos trabalhos a serem publicados, de acordo com as normas e padrões estabelecidos pela Instituição;

Artigo 11º – O Conselho Editorial será composto por colaboradores nacionais e estrangeiros, à convite do Editor Chefe em função de seus méritos e grau de conhecimento em sua área de atuação, competindo-lhe:

- a) Analisar os trabalhos enviados, julgando da conveniência ou não da publicação e sugerindo eventuais modificações;
- b) Propor assuntos de revisão, indicar temas de atualização e divulgação a serem editados pela REVISTA;

§ O mandato do conselho editorial é de dois anos

Artigo 12º – O Conselho Consultivo será constituído pelo Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo e pelos docentes que compõem o conselho deste Programa.

Artigo 13º – Compete ao Conselho Consultivo emitir pareceres quando solicitado pelo Conselho Executivo, examinar os Relatórios Administrativo-Financeiros apresentados pelo Conselho Executivo.

Artigo 14º – A Secretaria Geral da REVISTA será composta pelo Editor Assistente e pelo Auxiliar de Secretaria e terá sua sede nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo para recebimento, editoração e manutenção do material científico a ela encaminhado para publicação, competindo-lhe:

- a) Receber os trabalhos para publicação e encaminhá-los ao Editor Chefe;
- b) Organizar toda correspondência e tramitação do material da REVISTA;
- c) Auxiliar o Editor Chefe nos trabalhos de preparação, edição e expedição da REVISTA.

III- DA MATÉRIA PUBLICADA

Artigo 15º – Todos os direitos editoriais são reservados, nenhuma parte das publicações podendo ser reproduzida, estocada por qualquer sistema ou transmitida por quaisquer meios ou formas existentes ou que venham a ser criados, sem prévia permissão por escrito

do Editor Chefe, ou sem constar o crédito de referência, de acordo com as leis de direitos autorais vigentes no Brasil.

Artigo 16º – A aceitação do trabalho para a publicação implica na transferência de direitos do autor para a REVISTA, sendo assegurada a mais ampla disseminação da informação.

Artigo 17º – Junto ao artigo, o autor encaminhará declaração no sentido de aceitação das regras da REVISTA e da qual deve constar não ter apresentado na íntegra o trabalho em outro veículo de informação, bem como a autorização e/ou direitos concedidos por terceiros, caso transcreva figuras, tabelas ou trechos (mais de 200 vocábulos) editados por outros autores.

Artigo 18º – Os autores receberão três exemplares do número da REVISTA em que for publicado seu trabalho.

Artigo 19º – O conteúdo dos trabalhos é da exclusiva responsabilidade dos autores.

Artigo 20º – Os originais não serão devolvidos e os não aceitos ficarão à disposição dos respectivos autores pelo prazo de um ano, cabendo-lhes qualquer despesa para devolução.

Artigo 21º – Os artigos submetidos à publicação devem ser acompanhados de carta do autor responsável autorizando a publicação. Uma vez aceitos, não poderão ser reproduzidos total ou parcialmente sem autorização do Editor.

Artigo 22º – A síntese das normas editoriais serão publicadas em cada um dos seus números.

IV- DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DISTRIBUIÇÃO

Artigo 23º – A REVISTA será editada com recursos financeiros provenientes de verbas oriundas da Instituição, vendas de assinaturas e números avulsos, doações e recursos de outras fontes, geridos pelo CEATEC, de acordo com o regulamento da PUC-Campinas.

Artigo 24º – A distribuição da REVISTA far-se-á:

- a) Por doação às bibliotecas das Faculdades e Instituições congêneres, nacionais e estrangeiras;
- b) Por venda de números avulsos e assinaturas;
- c) Por permuta com revistas nacionais e estrangeiras;
- d) Por distribuição gratuita para fins de propaganda ou outro critério a juízo da Direção.

Parágrafo Único – As revistas e livros recebidos por permuta serão incorporados à Biblioteca Setorial do CEATEC da PUC-Campinas.

V- DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 25º – Os casos omissos neste regimento serão resolvidos pelo Editor e pelo Conselho Editorial, ouvido, se necessário, o Conselho Executivo.









